

VI ENEI Encontro Nacional de Economia Industrial

Indústria e pesquisa para inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável

30 de maio a 3 de junho 2022

Política econômica e empresários da grande indústria: o IEDI durante os governos do PT

Pedro Micussi*

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar e discutir as percepções de uma parcela do grande empresário industrial nacional a respeito das políticas macroeconômicas e industriais executadas no Brasil entre 2003 e 2016, período que coincide exatamente com os governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, tomamos como objeto as opiniões e avaliações dos empresários ligados ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) no período em questão. A pesquisa está baseada em análise documental de entrevistas e artigos de opinião de empresários do instituto publicados na imprensa entre 2003 e 2016 e em entrevistas realizadas pelo pesquisador com o presidente, ex-presidentes e outros empresários membros do conselho do instituto.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Empresários; Política macroeconômica; Política industrial; Partido dos Trabalhadores.

Código JEL: P12 (Capitalist Enterprises); O10 (Economic Development); Z13 (Economic Sociology)

Área Temática: 6.6 Análise da formulação, implementação e avaliação de escolhas coletivas

Economic policy and the big industrial entrepreneurs: the IEDI during the PT governments

Abstract: This communication aims to present and discuss the perceptions of a fraction of the Brazilian industrial entrepreneurs regarding the macroeconomic and industrial policies implemented in Brazil between 2003 and 2016, a period that exactly coincides with the federal governments of the Workers' Party (PT). For this, we took as object the opinions and evaluations of the entrepreneurs linked to the Institute of Studies for the Industrial Development (IEDI) in the period in question. The research is based on documentary analysis of interviews and opinion articles by the institute's businessmen published in the press between 2003 and 2016 and on interviews conducted by the researcher with the president, former presidents and other businessmen who are members of the institute's board.

Keywords: Economic Development. Entrepreneurs; Macroeconomic policy; Industrial policy; Workers Party.

* Mestre em Sociologia (USP). Email: pedromicussi@gmail.com

A presente comunicação¹ tem como objetivo apresentar e discutir as percepções de uma parcela do grande empresário industrial nacional a respeito das políticas macroeconômicas e industriais executadas no Brasil entre 2003 e 2016, período que coincide com os governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, tomamos como objeto as opiniões e avaliações dos empresários ligados ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) no período em questão. A pesquisa está baseada, primordialmente, em análise documental de entrevistas e artigos de opinião de empresários do instituto publicados na imprensa entre 2003 e 2016. Além disso, de forma complementar à análise documental, também foram realizadas entrevistas pelo pesquisador com o presidente, ex-presidentes e outros empresários membros do conselho do instituto.

A percepção dos agentes em relação à economia e à política econômica é um fator importante na determinação de fenômenos econômicos. Com efeito, tais percepções, na medida em que baseiam as expectativas dos agentes quanto ao futuro, cumprem, em diferentes teorias e modelos macroeconômicos, papel fundamental para a tomada de decisões no momento presente. Entender, portanto, a forma como os empresários da indústria percebem a condução das políticas macroeconômica e industrial no país ganha relevância para além de seu valor em si, tornando-se de suma importância para o próprio entendimento da economia real ela mesma. Como demonstrou Keynes (1996), as expectativas são fundamentais para as decisões de produção e investimento, influenciando, por exemplo, na determinação do nível de produto e emprego. Revisitar, assim, as avaliações dos empresários da grande indústria nacional a respeito das políticas industriais e macroeconômicas postas em prática no Brasil entre 2003 e 2016 pode jogar luz ao entendimento a respeito do próprio sucesso dessas políticas no período.²

Se, de um lado, as expectativas têm importância na determinação de variáveis macroeconômicas, as percepções, entre o grande empresariado industrial, sobre as políticas econômica e industrial executadas no Brasil são significativas na medida em que fornecem elementos para análise da relação dessa classe social com a estratégia de desenvolvimento executada no período e com o próprio processo de desenvolvimento ele próprio. Afinal, como os empresários da indústria avaliaram e perceberam políticas públicas executadas em período marcado pela desindustrialização do parque produtivo nacional?

A partir dessa problemática, o trabalho apresenta resultados de pesquisa que teve como objeto de estudos as percepções dos empresários participantes do conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), instituição fundada em 1989 na cidade de São Paulo que reúne empresários de algumas das maiores empresas da indústria de transformação brasileira.

Sobre a fundação do instituto, dado o então cenário de esgotamento e crise do ciclo desenvolvimentista, no bojo da criação do IEDI, estava a preocupação desses empresários em propor uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil que fosse capaz de reposicionar a indústria nacional na economia brasileira e internacional de forma que, ao mesmo tempo em que superasse antigos paradigmas desenvolvimentistas, a mantivesse com um papel de destaque dentro do capitalismo brasileiro.

Se o IEDI identificava, em sua criação, o esgotamento do ciclo desenvolvimentista, não era a partir da plena negação dessa estratégia de desenvolvimento que ele alicerçou seus fundamentos ideológicos. Ao contrário, o IEDI esteve sempre calcado sobre certa visão do desenvolvimento brasileiro que pretendia conservar e superar aspectos do desenvolvimentismo nacional executado ao longo de boa parte do século XX no país. Nesse sentido, é notória a forma como seu discurso mantém, de um lado, a importância da indústria no processo de desenvolvimento interno e acrescenta, por outro, o imperativo da integração da economia brasileira com o exterior. É relevante notar, assim, como o *think tank* conjura um novo diagnóstico da posição do Brasil na economia mundial com a visão clássica desenvolvimentista, num esquema em que o empresário nacional permanece com função de relevo na vida econômica e política do país.³

¹ O trabalho é fruto de pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Recentemente, estabeleceu-se no Brasil, por exemplo, debate na literatura a respeito das possíveis causas dos insucessos das políticas econômicas executadas no governo de Dilma Rousseff. Autores como Singer (2018) e Boito Jr. (2018) apontavam que uma das razões para o fracasso do dito “ensaio desenvolvimentista” poderia repousar na falta de apoio que tais políticas tiveram entre os empresários da indústria. Para outra interpretação a respeito do período, cf. ainda Carneiro (2018).

³ Assim como Andrada (2005) e Diniz (2010), não entendemos que o IEDI represente a postura hegemônica do empresariado industrial brasileiro. De todo modo, é possível compreendê-lo, assim como o faz Bresser-Pereira (2013) e Valente (2002), como

É preciso entender a criação do IEDI em 1989 em relação com o cenário econômico nacional à época. Se a crise do ciclo desenvolvimentista se manifestava no plano econômico por meio da crise da década de 1980 e do início da trajetória declinante da participação da indústria no PIB nacional, ela também expunha para os dirigentes fundadores do IEDI o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações (IEDI, 1999).⁴ Os empresários do IEDI estiveram desde muito cedo atentos à reestruturação produtiva global que marca o rearranjo da economia em escala mundial a partir do fim do século XX. Isto é, não parece fortuito o diagnóstico do IEDI a respeito dos limites da estratégia desenvolvimentista no final dos anos 80. A própria reorganização produtiva a partir de cadeias globais de valor – contemporânea à criação do instituto – passava a colocar em xeque alguns dos pilares do paradigma desenvolvimentista. O fulcro da mudança residia justamente no deslocamento do território nacional como base exclusiva ou primordial dos circuitos de acumulação industrial (ROBINSON, 2007). Mais do que uma entidade desenvolvimentista, portanto, entendemos que o IEDI deve ser encarado como um *think tank* da indústria brasileira que, compreendendo as transformações em curso na economia mundial e brasileira, almeja inseri-la nos circuitos transnacionais de acumulação erigidos a partir das cadeias globais de valor.

Com efeito, em termos de base social, é possível entender o IEDI como um *think tank* representativo da grande indústria brasileira. É o que fica claro a partir da análise de suas empresas associadas.

No Quadro 1 é possível observar o conjunto das 42 empresas que atualmente compõem o conselho da entidade. Nele, inserimos algumas informações de interesse. Na segunda coluna estão indicados os conselheiros do IEDI vinculado a cada empresa. Na quarta, o setor em que cada uma atua e, na quinta, sua receita líquida no ano contábil de 2019. Há também informações referentes às posições que cada empresa ocupa em seus respectivos rankings setoriais e, para o caso de algumas delas, informações a respeito da posição dessas empresas nos rankings setoriais se contarmos nesses mesmos rankings apenas as firmas brasileiras – essas informações foram inseridas apenas para as empresas às quais suas posições, no ranking das brasileiras, era notoriamente distintiva. Finalmente, a última coluna contém informações referentes à origem do capital de cada uma delas. As células sem dados são referentes às empresas de capital fechado, para as quais não foi possível obter informações.

Vemos, portanto, que estão reunidas no IEDI empresas que são, em sua maioria, líderes em seus respectivos setores de atuação. Em uma análise da inserção das 34 empresas de capital aberto do IEDI em seus respectivos rankings setoriais, atesta-se que seis delas são líderes em seus setores de atuação, três ocupam a segunda posição, e outras catorze entre as dez primeiras em seus respectivos setores. Isso significa que, entre as firmas de capital aberto, 68% das empresas membro do IEDI estão entre as dez maiores companhias de seu setor. A posição de proeminência das empresas membros do IEDI é ainda mais notória se as compararmos apenas com as demais empresas brasileiras em atuação no país. Se levarmos em conta a comparação das empresas do IEDI apenas com suas pares brasileiras, vemos que 85% dessas firmas (ou 29 das empresas de capital aberto) figuram entre as dez primeiras em seus respectivos rankings setoriais. Há, nesse quesito, alguns casos notáveis, como no setor de veículos e peças, no qual as duas maiores empresas brasileiras (Embraer e Iochpe-Maxion) compõem o conselho da entidade. O mesmo ocorre no setor de papel e celulose (Suzano e Klabin), metalurgia e mineração (Vale e Gerdau), e de materiais de construção e decoração (Votorantim e Duratex).

Dessa forma, é possível o IEDI como uma espécie de *proxy* do grande empresário industrial brasileiro. É a partir dessa abordagem que tomamos as opiniões dos empresários conselheiros do instituto sobre a política econômica e industrial executada no Brasil como significativas.

uma voz significativa de parcela do empresariado nacional que busca defender os interesses de determinado segmento indústria brasileira e que se propõe a oferecer uma estratégia de desenvolvimento para o país na qual tal segmento ocupe um lugar de destaque.

⁴ Há, na História econômica brasileira, uma discussão a respeito da pertinência do uso do termo “industrialização por substituição de importações” para designar o período que corresponde ao surgimento e ulterior desenvolvimento da indústria nacional, como fica claro na análise crítica de Tavares (1988). Não obstante, optamos pela utilização do conceito ao longo deste texto para se referir ao modelo de industrialização que teve como eixo primordial a produção de artigos manufaturados para o mercado interno, assim como o fazem, entre muitos outros, Tavares e Serra (1972) e Cardoso e Faletto (1975).

Quadro 1 – Empresas membros do conselho do IEDI: informações de interesse

Empresa	Conselheiro	Observação	Sector de atividade	Receita líquida (em R\$ milhões)	Classificação setorial	Classificação BR	Origem do capital
Caramuru Alimentos S/A	Alberto de Souza		Alimentos e bebidas	4.104	21ª		BR
J.Macêdo Alimentos S/A	Amarílio de Macêdo		Alimentos e bebidas	1.797	35ª		BR
EMS - Indústria Farmacêutica Ltda	Carlos Sanchez		Farmacêutica e cosméticos	3.917	9ª	4ª	BR
PIN Petroquímica S/A	Carlos Bittencourt			n/a	n/a		BR
Biolab Sanus Farmacêutica Ltda	Cleiton Marques		Farmacêutica e cosméticos	n/a	n/a		BR
Iochpe-Maxion S/A	Dan Ioschpe	Presidente	Veículos e peças	10.016	6ª	2ª	BR
Grupo Suzano S/A	Daniel Feffer		Papel e celulose	26.013	1ª		BR
WEG S/A	Décio da Silva		Mecânica	13.347	1ª		BR
Vale S/A	Eduardo Bartolomeo		Metalurgia e mineração	148.640	1ª		BR
BSBio Ind. E Com. de Biodiesel Sul Brasil S/A	Erasmus Battistella		Química e petroquímica	3.016	14ª	7ª	BR
Companhia Hering S/A	Fabio Hering		Têxtil. Couro e vestuário	1.549	8ª		BR
Mangels Industrial S/A	Fabio Mazzini		Metalurgia e mineração	556	54ª		BR
Confecções Guararapes S/A	Flávio Rocha		Comércio varejista	7.808	10ª	7ª	BR
Embraer S/A	Francisco Gomes Neto		Veículos e peças	21.802	3ª	1ª	BR
Unipar Carbocloro S/A	Frank Abubakir		Química e petroquímica	3.048	13ª	6ª	BR
Gerdau S/A	Guilherme Johannpeter		Metalurgia e mineração	39.644	2ª		BR
Positivo Informática S/A	Hélio Rotenberg		TI & Telecom	1.915	15ª	7ª	BR
Unigel S/A	Henri Slezzynger		Química e petroquímica	3.222	11ª	4ª	BR
Klabin S/A	Horácio Lafer Piva		Papel e celulose	10.271	2ª		BR
Rosset & Cia Ltda	Ivo Rosset			n/a	n/a		BR
Grupo São Martinho S/A	João Ometto		Açúcar e Alcool	3.693	5ª	3ª	BR
Votorantim Participações S/A	José Ermírio de Moraes		Mat. De Constr. E Decoração	13.027	1ª		BR
Cia. de Tecidos Norte de Minas-Coteminas	Josué Gomes da Silva	Ex-presidente	Têxtil. Couro e vestuário	1.865	3ª		BR
Videolar S/A	Lírio Albino Parisotto			n/a	n/a		BR
Companhia Nitro Química Brasileira S/A	Lucas Rodas		Química e petroquímica	740	38ª		BR
Odebrecht S/A	Luciano Guidolin			n/a	n/a		BR
Paranapanema S/A	Luiz Aguiar		Metalurgia e mineração	5.227	13ª	8ª	BR
Algar S/A Empreendimentos e Participações	Luiz Alberto Garcia		TI & Telecom	2.871	9ª	3ª	BR
Mover Participações S/A	Luiz Dutra Junior			n/a	n/a		BR
Indústrias Romi S/A	Luiz Rosolen		Mecânica	765	10ª	6ª	BR
Stefanini S/A	Marco Stefanini		TI & Telecom	938	19ª		BR
Natura Cosméticos S/A	Pedro Passos	Ex-presidente	Farmacêutica e cosméticos	14.444	1ª		BR
Ultrapar Participações S/A	Pedro Wongtschowski	Vice-presid.	Petróleo e Gás	89.298	4ª		BR
Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A	Raul Calfat	Vice-presid.	Farmacêutica e cosméticos	3.350	11ª	5ª	BR
Vicunha Têxtil S/A	Ricardo Steinbruch		Têxtil. Couro e vestuário	1.687	6ª		BR
Braskem S/A	Roberto Simões		Química e petroquímica	52.323	1ª		BR
Itaúsa - Investimentos Itaú S/A	Rodolfo Marino			n/a	n/a		BR
Cosan S/A Ind e Com	Rubens Ometto		Petróleo e Gás	72.979	5ª		BR
Duratex S/A	Salo Davi Seibel	Vice-presid.	Mat. De Constr. E Decoração	5.011	3ª	2ª	BR
Monteiro Aranha S/A	Sérgio Guimarães			n/a	n/a		BR
Usiminas	Sergio de Andrade		Metalurgia e mineração	14.948	5ª		AG/BR/JP
Cia de Bebidas das Américas - AmBev	VictórioDe Marchi		Alimentos e bebidas	52.599	2ª		BE

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do *Valor 1000* e do site do IEDI. Dados de 2019.

Finalmente, em relação à metodologia, no que se refere à análise documental, a pesquisa se valeu da análise de documentos produzidos pela própria instituição e de 868 reportagens jornalísticas com entrevistas de membros do IEDI conferidas entre 2003 e 2016 e disponibilizadas no site do instituto.⁵ Os resultados apresentados neste artigo refletem a interpretação do conjunto desses dados. Em relação às entrevistas conduzidas pelo próprio autor com empresários do IEDI, estas foram realizadas entre 2019 e 2021, em sua ampla maioria de forma virtual (a única exceção é a realizada com Pedro Passos) e abrangeram todos os conselheiros do instituto que aceitaram os pedidos de entrevista por parte deste autor.

Além desta introdução, o artigo está organizado em mais três grandes seções. Na seção seguinte, apresentam-se os resultados de pesquisa referente ao período que vai de 2003 a 2010, momento que coincide com o primeiro e o segundo mandato de Lula no governo federal. Em seguida, é exposto o material empírico colhido referente ao período que compreende os seis anos do governo Dilma (2011 – 2016). As duas seções são ainda completadas com declarações colhidas pelo autor durante entrevistas com os empresários do IEDI na medida em que estas ajudam a elucidar suas opiniões sobre temas dos períodos em questão. As duas grandes seções referentes aos governos Lula e Dilma foram, por sua vez, subdivididas em itens temáticos de modo a facilitar a organização cronológica do material exposto. Por fim, a última seção finaliza o artigo com algumas conclusões preliminares.

1 Governo Lula: do otimismo à decepção

1.1 2003, um clima geral de otimismo

O ano de 2003 foi um momento de inflexão nas políticas públicas e na relação do empresariado industrial com o governo federal no país. Após oito anos de governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder federal sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva. As opiniões dos agentes ligados ao IEDI nesse período demonstram otimismo com o novo governo. Ainda que as declarações em seu conjunto revelem recomendações normativas ao governo, é possível destacar que esses agentes viam no novo governo que passou a ocupar o Palácio do Planalto um agente que poderia trazer melhores condições à indústria nacional.

Ivency Ioschpe, então presidente do IEDI, proferiu, em entrevista realizada em maio de 2003, visão que condensa a maneira como instituto parecia enxergar o início do governo Lula. Em oposição ao que significou o período FHC, de caráter inequivocamente liberal, Ioschpe dizia que os contornos da política econômica de Lula ainda não estavam claros. Pesava ao empresário a mudança de tom do governante que, tendo abandonado seu discurso passado, passa a assumir novas posições uma vez ocupando o posto de Presidente da República. Para ele, Lula traria legitimidade e daria razões para conservar um espírito otimista quanto ao futuro do Brasil (OLIVEIRA, 2003).

Ao que parece, o otimismo diante do novo governo poderia ser em boa parte explicado pela expectativa dos empresários com a realização de políticas industriais que em sua visão ficaram de fora da agenda dos governos brasileiros durante a década anterior. Eugênio Staub, em declaração após a posse de Lula, indicava o caráter reformador do novo governo. Para ele, o governo do PT estaria “comprometido com mudanças” (NEUMAN, 2003, on-line.). Ao lado das políticas industriais, os empresários do IEDI entendiam que o bom futuro da indústria nacional passava por programas de estímulo às exportações de bens industrializados. Na mesma reportagem, Ioschpe defendia que “estimular exportações e substituir importações é o caminho para reduzir nossa vulnerabilidade externa” (NEUMAN, 2003, on-line).

Podemos entender que a expectativa positiva do IEDI com o novo governo ocorria pela compreensão de que este implementaria políticas que algo se diferenciaria dos dois governos peessedebistas anteriores. Ainda segundo o então presidente da entidade, Ivency Ioschpe, o período anterior havia sido marcado pela crença de que o “mercado” traria as soluções da economia brasileira, o que, na sua visão, demonstrou-se equivocado. Afastando-se de uma visão liberal da economia, o empresário reiterava a necessidade da definição de “políticas de desenvolvimento econômico, setoriais e de comércio exterior” (NEUMAN, 2003, on-line).

1.2 A centralidade da política monetária e cambial

⁵ Disponível em: <https://iedi.org.br/imprensa/>. Acesso em 5 mai. 2021.

A política cambial e monetária são dois pontos de suma importância na percepção dos grandes empresários industriais a respeito das políticas econômicas e industriais executadas de 2003 a 2016. Em entrevista no começo de maio de 2003, Ivoncy Ioschpe tratava da questão da taxa de câmbio praticado pelo governo, apontando o que via como um erro nas recentes declarações do novo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para quem a economia brasileira poderia passar por uma nova fase de valorização do real.

O então presidente do IEDI afirmava que “o câmbio atual está inviabilizando os contratos de exportação. Os empresários já estão começando a perder contratos de exportação em diversos setores” (BARROS, 2003, on-line). Dessa forma, Ioschpe afirmava a necessidade de que a autoridade monetária interviesse na taxa de câmbio:

A interferência no câmbio não é um direito, mas uma obrigação do Estado. Se não interferir, a autoridade estará se omitindo. Todos os países do mundo intervêm no câmbio. Da mesma forma que o Copom se reúne para interferir nos juros, o BC também tem a obrigação de reduzir a dependência externa do país. Essa política é tão séria quanto a de combate à inflação. (BARROS, 2003, on-line)⁶

Juros baixos e câmbio valorizado, eis a receita de sucesso para a indústria nacional segundo os agentes do IEDI nos primeiros anos de governo do PT. O então presidente da entidade apontava que:

Está havendo uma distorção muito grande no entendimento, de querer associar a valorização do real a um fator de sucesso de governo Lula. A valorização do real não é um sucesso [...]. Estamos operando com uma das maiores taxas de juros que já houve na história do país. A consequência é o aumento do desemprego e o achatamento do mercado interno. (OLIVEIRA, 2003, on-line)

A questão do câmbio e dos juros também se evidenciou nas entrevistas conduzidas pelo autor com alguns dos dirigentes membros do conselho do IEDI. Pedro Wongtschowski, presidente do Conselho do Grupo Ultra e presidente do IEDI entre 2015 e 2017, por exemplo, afirmou que:

Eu me lembro que nós dizíamos [...] que [era] a diferença entre o céu e o inferno. O paraíso dos banqueiros era o câmbio baixo e os juros altos, e o paraíso dos industriais era o contrário, o câmbio alto e os juros baixos. Então nós convivemos durante tempos longos demais com juros definitivamente altos demais. E a meu ver, desnecessariamente do ponto de vista macroeconômico, hoje isso já é mais ou menos consenso. (Pedro Wongtschowski em entrevista ao autor em 6 de abril de 2020)⁶

Sobre a política monetária do governo petista como um todo, Ivo Rosset, por sua vez, comentou que:

A taxa de juros era absurda, era desproporcional. Taxa de juros mais reoneração da folha gerou uma desindustrialização, sem dúvida nenhuma. Muitas empresas não conseguiram suportar. Empresas que dependem muito de capital de giro, se você toma a juros 14, 15, 16% como esteve naquela época, onde não havia uma rentabilidade condizente com a necessidade de cada produto, isso gerou desindustrialização, não há dúvidas. Foi um período muito difícil. E não havia necessidades dos juros tão alto. Nem sempre os juros seguram inflação. Eu sou contra isso. Já discuti com alguns presidentes de Banco Central e sempre disse: o que segura inflação não são os juros, não adianta colocar os juros lá no espaço para conter a inflação. A inflação se contém com oferta. Se há uma inflação de demanda, uma falta de produtos ou um abuso de aumento de preço por falta de suprimento, tem que incentivar o investimento. E só se pode incentivar o investimento onde se oferece capital de giro barato [...]. O que nós tivemos nos últimos oito anos dos governos anteriores foi uma desproporção absurda em taxa de juros. Isso nós levamos várias vezes ao governo e realmente gerou muita desindustrialização. (Ivo Rosset em entrevista ao autor em 14 de julho de 2020)

1.3 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Já em relação à política industrial, o ano de 2004 é um momento importante na relação dos governos do PT com a indústria. Em 31 de março de 2004, o governo federal lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), sua primeira política industrial. Entre os empresários e dirigentes do IEDI,

⁶ No mesmo sentido, Décio da Silva, da fabricante de equipamentos elétricos Weg, afirmou ao autor que: “Naturalmente, uma [...] coisa que define a competitividade do país é a taxa de câmbio [...], uma taxa de câmbio fora do lugar é uma coisa que destrói a indústria” (Décio da Silva em entrevista ao autor em 19 de maio de 2020).

é possível identificar que tais agentes viram a instauração dessa política como uma espécie de confirmação de suas próprias expectativas em relação à forma pela qual seria conduzida a política industrial na nova administração federal.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que os empresários e economistas ligados ao IEDI viam a PITCE como uma quebra de padrão em termos do que vinha sendo pensado em relação à política industrial ao longo das últimas décadas no país. Isto é, independentemente da avaliação do desenho da política em si (que, como veremos passará por algumas oscilações nas percepções desses agentes), a PITCE foi enxergada como uma espécie de ruptura.

Isso pode ser observado em entrevista de Ivoncy Ioschpe sobre as iniciativas de política industrial do governo Lula:

Desde o início, o governo Lula se declarou favorável à volta de políticas industriais, diferentemente do presidente FHC, que durante oito anos foi contrário a qualquer política para o setor. E eu concordo com o presidente Lula numa coisa: é difícil falar em política industrial sem antes ter bases econômicas sólidas. (GRINBAUM; CANÇADO, 2004, on-line)

1.4 Ligeiras decepções

As avaliações empresariais sobre as iniciativas do governo ao longo de 2004 vão além da criação da PITCE. Instados a falar sobre aspectos gerais e diversos da administração, empresários e diretores do IEDI indicavam um clima geral de otimismo entre os agentes da indústria brasileira com o futuro próximo do setor industrial brasileiro. Nas declarações analisadas, é possível depreender que esse otimismo era justificado, em boa medida, pelas avaliações e projeções de crescimento industrial diante do conjunto da economia (ALÉCIO, 2004). Como apontava Eugênio Staub em entrevista em agosto daquele ano:

De fato, hoje, há motivos para o otimismo. Nós estamos muito mais aliviados. Só neste ano foi criado 1,2 milhão de empregos formais, e a economia está mostrando sinais de crescimento, mas isso não significa que tudo está resolvido. Ainda há muita coisa a ser feita. (BARROS, 2004, on-line)

De todo modo, se o clima geral era de otimismo, os empresários da indústria brasileira não deixaram de poupar críticas a pontos que viam como equivocados na condução da política econômica e industrial governamental. Em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro* em junho de 2004, Ivoncy Ioschpe sublinhava sua decepção com os primeiros dezoito meses do governo Lula. Para ele, Lula adotava posição demasiadamente conservadora ao não buscar atacar questões centrais da política econômica no país:

Eu nunca fui partidário do PT, mas quando o Lula se elegeu passei a acreditar que isso seria muito bom para o Brasil. Afinal, ele era fruto do sindicalismo que nasceu no polo mais moderno da indústria brasileira, o das montadoras do ABC paulista. Eu, sinceramente, achava que ele conseguiria implementar uma política de centro-esquerda e que isso faria bem ao País. Infelizmente, a ação do Lula tem sido de direita. É o governo mais conservador desde a redemocratização. (ATTUCH, 2004, on-line)

Para o empresário, esse fato se explicaria pela falta de capacidade do presidente em enfrentar interesses do mercado financeiro:

O Lula está preso numa gaiola de conservadorismo. E a culpa é da própria elite, que, nas eleições de 2002, alimentou um temor irracional em relação ao que o Lula poderia fazer. Foi por isso que, dois meses antes de eleito, ele assinou a tal Carta ao Povo Brasileiro, com as diretrizes de política econômica que têm sido seguidas. Como o mercado financeiro aplaudiu, o governo ficou refém do conservadorismo [...]. Um presidente entra para a História quando tem a coragem de ousar. Se Lula continuar adotando o caminho mais fácil, de simplesmente não desagradar o mercado, daqui a pouco seu mandato já terá passado. Tudo na vida tem um limite. Você pode passar dez anos fazendo bobagens. Mas no 11º não dá mais. (ATTUCH, 2004, on-line)

Sobre a política fiscal, Ioschpe disparou:

É irracional. Eles fazem 4,5% de superávit primário com o objetivo de estabilizar a dívida interna. Mas ocorre que o juro é tão alto, consumindo quase 10% do PIB, que o esforço jamais é suficiente. A conta não fecha e a dívida continua crescendo. É um esforço bobó. O que eu não entendo é por que não reduzem os juros [...]. As empresas não conseguem mais pagar tantos impostos. E quem cometeu o crime foi o Fernando Henrique Cardoso, que elevou a carga fiscal de 25% do PIB para 40% do PIB. A culpa não foi do Lula. Mas ele, que já

deveria estar buscando meios de reduzir impostos, criou uma infinidade de empregos no setor público. O Estado não cria riqueza. Mas ele não pode ser um fator de impedimento à criação de riqueza e de empregos no setor privado. (ATTUCH, 2004, on-line)

1.5 Austeridade fiscal, juros, câmbio e investimentos públicos em infraestrutura.

Em artigo escrito em maio, Ivoncy Ioschpe resume e condensa os pontos do que aqui entendemos como Agenda IEDI para o ano de 2005: austeridade fiscal, juros, câmbio, e investimentos públicos em infraestrutura.

A mudança em direção a uma nova política econômica teria que contemplar, primeiro, *uma forte redução do custo do Estado para que a política fiscal torne-se instrumento sólido da política econômica*. Em segundo lugar, deve haver uma expressiva *redução da taxa básica de juros*, de forma que caia significativamente o custo de captação de recursos do setor público que hoje consome 23% da arrecadação fiscal dos três níveis de governo. A recomendação de mudança inclui também o retorno das *intervenções do governo no mercado de câmbio*, agora como atuação regular e sistemática com o objetivo de fortalecer ainda mais as reservas internacionais do país, e a *execução de um programa de aumento dos investimentos públicos com prioridade para as áreas de infraestrutura* indispensáveis para a sustentação do crescimento econômico. (IEDI, 2005b, on-line, grifo nosso)

1.6 Sai Palocci, entra Mantega

Em 27 de março de 2006, o governo Lula promove uma mudança ministerial crucial para os rumos da política econômica de seu governo (IANONI, 2016). Antonio Palocci, até então responsável por política econômica que fora extremamente criticada pelos empresários industriais, foi substituído por Guido Mantega. Para Ianoní (2016), seguindo a sugestão de Oreiro (2016), a substituição de Palocci por Mantega coroa a mudança do que até então podia ser entendido como a execução de um *tripé rígido*, na política macroeconômica, para um tripé flexibilizado: “O objetivo do tripé flexibilizado seria conciliar a estabilidade macroeconômica com a estimulação do crescimento econômico pela demanda agregada” (IANONI, 2016, p. 20).

Assim, se o “tripé flexibilizado representa o impacto, na política macroeconômica do tripé rígido, da coalizão social-desenvolvimentista, na qual o governo tinha um pé, o esquerdo, estando o direito preso ao poder estrutural, institucional e ideológico das finanças” (IANONI, 2016, p. 28), nossa hipótese de pesquisa em relação a essa inflexão é de que a substituição no comando do Ministério da Fazenda seria percebida, entre o círculo do IEDI, de forma positiva.

De fato, a análise documental realizada apontou que a ida de Guido Mantega à Fazenda representou, ao menos no primeiro momento, uma ligeira mudança na maneira como o IEDI enxergou a política econômica do governo Lula. De alguma forma, é possível dizer que as avaliações dos empresários IEDI a respeito do novo ministro da Fazenda entraram numa espécie de curto circuito. Isso porque Julio Gomes de Almeida, então diretor- executivo da entidade e principal porta-voz do instituto, foi indicado semanas após a posse de Mantega ao cargo de Secretário de Política Econômica do Ministério. Quer dizer, a principal figura pública do IEDI do período e aquele personagem que, assim sendo, era comumente encarregado para comentar os rumos das políticas governamentais, atravessa a fronteira às vezes tênue que separa a esfera privada da esfera pública nos Estados das sociedades capitalistas contemporâneas, deixando de ser um agente de uma entidade de representação do setor privado empresarial para ser um formulador de políticas públicas.

Torna-se algo compreensível, portanto, qual linha balizou as avaliações do IEDI sobre essa substituição no comando da Fazenda. De um lado, os empresários ligados ao IEDI se viram aliviados, já que a responsabilidade pela política macroeconômica do governo Lula era comumente atribuída a Palocci. De outro, a própria indicação de Mantega, haja vista sua trajetória pessoal, e as primeiras medidas do economista à frente da Fazenda foi entendida, por esses agentes, como um aceno ao setor produtivo nacional.

Foi possível observar que a substituição de Guido Mantega por Antonio Palocci à frente da Fazenda trouxe, na visão do IEDI, ao menos duas medidas substanciais, anunciadas ainda em 2006, que favoreceriam o seu setor. A primeira delas diz respeito à proposta de redução das tarifas de importação, aventada por Palocci em março daquele ano. Na ocasião, o então presidente do Conselho do IEDI, Josué Gomes da Silva, foi categórico em seu desacordo com a medida, numa declaração que parecia ecoar as posições de seu instituto sobre as medidas de abertura da economia nacional realizadas na década anterior:

“Uma ampliação da abertura comercial no país precisa ser precedida de diversas outras medidas para dar às empresas brasileiras condições de competir em pé de igualdade com os seus concorrentes internacionais” (BARROS, 2006, on-line). Ao tomar posse e indicar que as reduções não seriam mantidas, Mantega contou com o apoio dos industriais na decisão (MELLO; BARBOSA, 2006). Em segundo lugar, é possível destacar o apoio do IEDI às medidas encampadas por Mantega, cujo objetivo consistia em desvalorizar a moeda brasileira, demanda antiga do setor.⁷

1.7 Câmbio e concorrência chinesa

A questão da valorização cambial se mostrou o tema mais relevante nas declarações dos membros do IEDI à imprensa ao longo do ano de 2007.⁸ Declarações que buscam apontar o preço da moeda brasileira como principal fator para diferentes percalços da economia nacional naquele ano estão presentes em dezenas de reportagens. O desemprego no período, por exemplo, foi visto pelo presidente do instituto como função direta da sobrevalorização do real: “A baixa capacidade de geração de emprego pela indústria está associada ao baixo crescimento ou retração dos setores fortemente empregadores, como vestuário, calçados e couros, penalizados pela sobreapreciação cambial e pela concorrência chinesa” (VALOR ONLINE, 2007, on-line).⁹

A mesma causa foi apontada pelo IEDI quando incitado a comentar o desempenho do PIB no ano de 2006 no Brasil. Para o instituto, se o crescimento econômico naquele ano ficou aquém do satisfatório, isso em muito se devia ao câmbio excessivamente valorizado:

Segundo atestam os dados divulgados hoje pelo IBGE para o PIB, não faltou mercado interno ou externo para o produto brasileiro, mas faltou competitividade a esse produto [...]. Caminhar para um câmbio mais equilibrado é uma condição para um crescimento maior da economia ainda no corrente ano. (FOLHA ONLINE, 2007, on-line)

Se o IEDI apontava a influência do câmbio em indicadores gerais de emprego e de crescimento econômico, parece ser nas análises de desempenho setorial da indústria que a valorização da moeda brasileira ganha mais evidência. A queda da participação da indústria brasileira na economia foi tema recorrente nas declarações do instituto. Josué Gomes da Silva afirmava que, junto com a crescente participação dos produtos chineses no mercado mundial e brasileiro, o câmbio podia ser considerado como o grande “vilão” do setor industrial (CARNIER, 2007). A questão do câmbio aparece em, ao menos, outras 23 reportagens publicadas no ano de 2007.

Essas inúmeras declarações ajudam a explicar o fato de, no final de novembro daquele ano, ao se reunirem em jantar com o Ministro da Fazenda, os empresários do IEDI terem se concentrado em cobrar de Guido Mantega medidas para a contenção da valorização cambial (BARROS, 2007b). O câmbio, além do mais, parece ter sido um dos principais motivos que influíram no desligamento de Julio de Almeida da Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, como anuncia a reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* em agosto de 2007 (BARROS, 2007c). O fato parece atestar como a questão cambial esteve no centro das preocupações do IEDI com a política e a economia brasileira naquele ano. Esse fenômeno pode ser melhor compreendido se olharmos de perto a trajetória de valorização da moeda brasileira no período. De fato, como apontam Mattei e Scaramuzzi (2016), o real atinge em 2007 seu menor valor desde o ano 2000, efeito de uma sequência de desvalorização contínua desde 2004.

A crescente presença de produtos manufaturados chineses no mercado brasileiro, que pode ser explicada em parte pela própria sobrevalorização do real brasileiro, é também tema recorrente nas queixas dos industriais do IEDI a respeito da condução da política econômica no país e passa a ser mais presente

⁷ As opiniões do presidente do IEDI a esse respeito podem ser encontradas em reportagem da Folha de S.Paulo (2006a) e de Veríssimo (2006).

⁸ A questão da valorização cambial esteve notoriamente presente, por exemplo, nas análises do IEDI a respeito do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no começo de 2007. Na ocasião, o instituto insistiu sobre as insuficiências de um programa que não atacava, além disso, a taxa de juros. Em relação à questão cambial, o instituto recomendou a desoneração da folha de pagamentos para reduzir os custos de produção de modo a compensar a perda de competitividade de setores afetados pelo câmbio. Cf, Folha de S.Paulo (2007), Trevisan (2007) e Araújo (2007).

⁹ O presidente do IEDI, Josué Gomes da Silva, também apontava os efeitos do câmbio valorizado sobre o emprego no Brasil em Lamucci (2007).

nas declarações dos empresários a partir de meados da década de 2000. Sobre a suposta correlação positiva entre o aumento da importação de bens manufaturados chineses e a desindustrialização brasileira, o empresário do ramo têxtil Ivo Rosset deu a seguinte declaração em entrevista para o autor:

O câmbio alto me prejudica um pouco, mas ele me prejudica apenas num pedaço do meu custo, não me prejudica totalmente. Então o câmbio alto inibe a importação de manufaturados chineses. Aí sim é câmbio 100% na veia [...]. O mercado de confecção, o manufaturado no Brasil é enorme, o consumo é enorme. E a quantidade de produto manufaturado que vinha da China era uma coisa absurda [...]. Havia uma concorrência quase desleal [...]. Câmbio ajuda a inibir esse tipo de importação. Nós ficamos mais competitivos porque o cálculo do nosso custo vai apenas em cima da importação do fio e o restante é tudo nacional: mão de obra, embalagens, é tudo nacional. Então, mais uma vez, como eu te falei, o que vem de manufaturado da Ásia é câmbio na veia direto. (Ivo Rosset em entrevista ao autor em 14 de julho de 2020)

A respeito da centralidade do câmbio para o sucesso da indústria nacional, a seguinte declaração retrospectiva de Eugênio Staub também é significativa. O industrial, ao ser questionado a respeito da política industrial petista, respondeu que:

Agora, quanto à política industrial do período, a primeira coisa é o seguinte: tanto o governo FHC quanto o governo Lula como o governo Dilma prejudicaram demais a indústria no país. Principalmente por causa de política cambial com o real sobrevalorizado que começou com o Gustavo Franco em 1994. Isso foi mortal [...]. [A indústria brasileira era] certamente melhor que a Coreia e a China e nós tínhamos certeza que o Brasil seria uma potência econômica industrial [...]. Mas isso desbalanceou, essa questão cambial, a retração da indústria e a questão tecnológica que nós não acompanhamos, por diversas razões, desbalanceou. (Eugênio Staub em entrevista ao autor em 21 de julho de 2020)

O suposto equívoco na condução da política cambial no país também foi sublinhado por Pedro Wongschowski:

Um dos maiores equívocos, que a rigor vem desde o governo do Fernando Henrique, foi a sobrevalorização do real neste período [dos governos petistas]. E se olharmos para todas as outras economias que conseguiram desenvolvimento industrial relevante – o caso mais óbvio é a Coreia do Sul, mas tem outros exemplos, mesmo a China – eles trabalharam durante longos períodos de tempo com sua moeda menos valorizada, e o Brasil cometeu esse gigantesco erro, um erro do FHC e do Malam que se manteve durante uma boa parte dos governos do PT. Era uma política, do ponto de vista popular, ótima, todo mundo adorava. Todo mundo viajava para todo lugar, comprava produtos importados. Isso inclusive criou uma época de uma enxurrada de produtos importados baratos no Brasil, deslocando produtos nacionais. Se comprava de tudo importado no Brasil a preço de banana. Então, realmente, a sobrevalorização do real foi talvez o maior erro cometido na política econômica brasileira desde Fernando Henrique, desde o Plano Real em diante. Isso impactou fortemente o setor industrial. (Pedro Wongschowski em entrevista ao autor em 6 de abril de 2020)

As declarações supracitadas a respeito da sobrevalorização da moeda brasileira se enquadram no conjunto de decepções dos empresários do IEDI com os primeiros anos de governo petista. Como fica claro nas vozes dos industriais, esses empresários acabam identificando um fio de continuidade entre aspectos da política macroeconômica petista e aquela conduzida durante os oito anos de governos tucanos. O fato é relevante uma vez que, como vimos, a política macroeconômica havia sido um dos principais pontos de atrito do instituto com o governo de Fernando Henrique desde, pelo menos, seu segundo mandato. É significativo, portanto, que esses industriais sublinhem as semelhanças entre a política cambial petista e aquela praticada por FHC. Isso ajuda a explicar parte de sua insatisfação com o então governo.

1.8 O lançamento da PDP

Lançada no primeiro semestre de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi recebida com atenção entre os círculos empresariais do país. Entre os empresários do IEDI, a expectativa era de que a PDP pudesse representar melhores avanços ao setor produtivo nacional do que a PITCE, lançada no primeiro governo Lula. Tida como a segunda política industrial dos governos petistas, as avaliações do IEDI não deixavam de comparar as medidas previstas na PDP com aquelas contidas no conjunto de propostas em 2004.

Em 2010, após um ano de seu lançamento, a visão do IEDI sobre o sucesso da PDP parecia refletir

os diagnósticos proferidos pelo instituto um ano antes quando de seu anúncio. É dessa forma que o instituto destacou em seu balanço de um ano da política, por exemplo, o bom papel cumprido pelo BNDES na facilitação do crédito via modalidades específicas, apesar do alto custo desses recursos, devido aos juros excessivamente altos.

Houve, contudo, um fator que pareceu alterar essencialmente as expectativas e avaliações do instituto em relação ao sucesso da política: a crise financeira internacional eclodida em 2008.¹⁰ Foi dessa forma que muitas das declarações de membros do IEDI, ao longo de 2009, buscaram apontar a dificuldade de cumprimento das metas fixadas a partir das políticas anunciadas no ano anterior.

1.9 A política econômica em 2010

Ao longo de 2010, a taxa de câmbio no Brasil seguiu no centro de preocupações do IEDI. Sua atenção recaía sobre o que foi entendido como uma corrida especulativa à moeda brasileira que, no último trimestre do ano, provocou um ciclo de valorização repentina do real.⁵ À época, o governo brasileiro atuou via operações cambiais no sentido de conter a valorização do real em ação que agradou o instituto.

Para o instituto, entretanto, era necessário que o governo fosse além dessas medidas, já que a trajetória de valorização cambial era vista como um dos grandes perigos à sobrevivência da indústria nacional. Para Pedro Passos, novo presidente do IEDI, por exemplo, tratava-se de se adequar, tendo em vista os movimentos recentes da economia internacional: “Se não enfrentarmos a contínua valorização do câmbio de maneira firme, o processo de desindustrialização do Brasil vai se agravar, uma vez que até os EUA estão começando a desvalorizar suas moedas, e nós continuamos aceitando tudo” (VILLAYERDE, 2010b, on-line). Em novembro de 2011, o presidente da entidade analisava com preocupação a trajetória do câmbio, afirmando que este deveria ser atacado já que representava, com a taxa de juros, um dos problemas estruturais do país.

A indústria realmente vem sofrendo há muito tempo por razões estruturais. Porém, a situação foi agravada mais recentemente pela valorização do real, que tem nos tirado competitividade. Os nossos saldos comerciais na indústria de média e alta tecnologia são alarmantemente negativos. Além da queda das exportações, estamos perdendo também mercado interno para os produtos importados. Essa é uma pergunta importantíssima [...]. O governo tem que trabalhar em duas frentes. A primeira é mais emergencial e envolve medidas salutares de controle de fluxo de capitais de curto prazo, tipo IOF, porém com efeito temporário. A segunda etapa envolve um enfrentamento urgente e definitivo do problema estrutural dos preços do país, como câmbio e juros. Isso só se dará com uma ampliação do espaço fiscal e a criação de mecanismos de poupança interna para que a gente possa reduzir a taxa de juros [...]. É absolutamente importante uma ação coordenada entre política fiscal e política monetária de forma que a gente consiga ter um maior espaço fiscal e, simultaneamente, uma redução dos juros dos títulos públicos, criando um círculo virtuoso com menor juro e maior poupança do governo. (NOGUEIRA, 2010, on-line)

O problema dos juros no período foi ainda comentado em declaração de Josué Gomes da Silva que ajuda a entender como o instituto enxergou a “emergência cambial” como um problema, como uma questão relacionada à política monetária do país. Para ele: “Os títulos públicos fixados na Selic são uma excrescência. Dão o maior retorno do mundo, que são nossas taxas de juros, com uma liquidez diária e sem qualquer risco de calote. Essa distorção precisa ser corrigida” (VILLAYERDE, 2010b, on-line).

Em relação à questão do financiamento para a indústria, o fim de 2010 foi marcado por um último fato relevante das políticas econômicas do governo com impacto direto no setor industrial. Trata-se de um

¹⁰ A despeito do otimismo do instituto em relação às capacidades da economia brasileira sair ilesa da crise (RACY, 2008), o IEDI criticou, ao longo de 2008, a incapacidade do Banco Central na contenção da desvalorização cambial (ROSA, 2008) e suas medidas para resolver a falta de liquidez causada pela crise vistas como insuficientes para compensar a restrição do crédito na economia nacional (BARROS, 2008d). O questão cambial foi tema de encontro de empresários do IEDI com o ministro Guido Mantega e o presidente do BC Henrique Meirelles em setembro de 2008 (BARROS, 2008d). Sobre isso, não deixa de ser relevante o caráter contraditória de tais afirmações vindas de um instituto que sempre chamou atenção aos percalços da sobrevalorização do real. Segundo Julio de Almeida, o desconforto com a mudança abrupta do câmbio se justificaria pelo perigo de uma onda inflacionária no país (BARROS, 2008c). A posição do instituto sobre o câmbio no período não é inequívoca, contudo. Josué da Silva afirmava, por exemplo, que embora trouxesse riscos à inflação, a desvalorização podia ser vista como um fator positivo (AGÊNCIA ESTADO, 2008).

conjunto de medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda que pretendia estimular o financiamento de longo prazo no país. Realizada a partir de ação conjunta com o BNDES, o pacote de medidas é de maior interesse já que, como apontavam as reportagens da época, foi fruto de propostas produzidas no seio do setor empresarial brasileiro. Como indica reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* (MODÉ, 2010), o conjunto de políticas propostas pela Fazenda buscou contemplar pontos sugeridos por documento subscrito por entidades como a Febraban, a FIESP e a CNI, que foi inicialmente concebido e redigido pelo IEDI em colaboração com o Instituto Talento Brasil.

Dentre as medidas anunciadas, além de um maior peso conferido ao BNDES para linhas de financiamento, estavam previstas propostas englobando a isonomia tributária, a isenção de impostos, a área de infraestrutura e habitação, o mercado secundário e propostas para segurança jurídica.

Dessa forma, podemos entender a boa recepção gozada pelas medidas entre os membros do IEDI. Em suas declarações à imprensa, empresários do instituto elogiaram as propostas. De todo modo, como parece ser regra nas avaliações do instituto sobre políticas como essas, o círculo do IEDI não poupou críticas à política macroeconômica do governo, apontando que o sucesso do novo pacote dependeria de uma revisão nas taxas de juros. O fato pode ser comprovado pela fala de Josué da Silva: "Há um consenso de que, sem uma queda dos juros, de certa maneira, é dar murro em ponta de faca" (MODÉ, 2010, on-line).

A respeito das taxas de juros praticadas nos governos do PT como um todo, Pedro Wongtschowski ponderou que:

Isso em primeiro lugar inibiu o investimento, evidentemente, e em segundo lugar, acabou gerando saídas artificiais, como por exemplo: para se conseguir juros baixos, era necessário ir no Finame, ou no BNDES, ou no BNB, ou uma linha de crédito na Finep... Então uma série de programas foram lançados para tentar contornar o problema real que era o problema de juros altos por mecanismos *ad latere*, com os quais se teria acesso a juros mais baixos. Com isso, se cria uma distorção grande em toda economia. O BNDES dava dinheiro para quem soubesse pedir, e sabia pedir quem tinha projeto. Toda vez que eu fui ao BNDES com um projeto redondo, o BNDES deu o dinheiro. E aí os reclamantes eram os que queriam dinheiro e não tinham projeto, e então o BNDES não dava mesmo. O BNDES tem um conjunto de tecnocratas qualificados e cautelosos com o dinheiro público. O que, em si, é o normal. (Pedro Wongtschowski em entrevista ao autor em 6 de abril de 2020)

2. O governo Dilma

2.1 Políticas econômica e industrial em 2011 e 2012: PBM e NME

O ano de 2011 foi marcado no campo da política industrial pelo lançamento do Plano Brasil Maior (PBM) em agosto. A medida, que balizou as avaliações do instituto sobre o governo ao longo do ano, foi a primeira clara iniciativa do governo Dilma Rousseff de incentivo à indústria. Grosso modo, as avaliações do IEDI a respeito do PBM apontaram, no primeiro momento, para a mesma contradição observada a respeito das demais políticas industriais petistas desde o lançamento da PITCE em 2004. Isto é, embora o PBM tenha sido visto como uma política que estivesse na “direção correta” (IEDI, 2011), insuficiências em domínios da política econômica eram vistas pelo instituto como importantes constrangimentos ao sucesso dessa política industrial. Contudo, a despeito dessa semelhança com as políticas industriais anteriores, o PBM foi entre elas a política que gozou de melhor avaliação pelas lideranças do IEDI. Aqui, entendemos a existência de uma espécie de *crescendo* das avaliações do instituto a respeito das três políticas industriais petistas: desde a PITCE, vista como a mais tímida, e passando pela PDP, o PBM foi tida como a mais robusta das três políticas.

Outro ponto a ser destacado a respeito do PBM é que ela foi, possivelmente, a política industrial petista que contou com maior participação do IEDI em sua formulação. Dois pontos do Plano foram diretamente influenciados pelo IEDI no seu desenho: a participação do BNDES no financiamento a projetos de inovação e a instituição de medidas de incentivo à exportação de bens manufaturados por meio do Reintegra.¹¹

Entretanto, ao longo do ano de 2012, ao passo em que o governo federal realizava uma série de medidas de aceno ao setor industrial, que seria denominada como Nova Matriz Econômica (NME),¹² foi

¹¹ A proximidade do IEDI com o BNDES no período é atestada ainda no encontro do seu então presidente, Luciano Coutinho, com empresários ligados ao instituto logo após o lançamento do PBM. Na reunião, que teve como objetivo escutar as reivindicações desses dirigentes para o setor industrial e suas avaliações sobre o Plano, Coutinho teria antecipado o projeto do governo em reduzir os custos de energia elétrica e o aumento dos investimentos em infraestrutura, duas antigas demandas do setor.

¹² A Nova Matriz Econômica executada pelo governo Dilma Rousseff, segundo Singer (2016), pode ser entendida como a implantação de nove conjunto de medidas: a) proteção ao produto nacional; b) uso intensivo do BNDES; c) aposta na

possível observar que a avaliação do IEDI sobre a inserção do Plano Brasil Maior dentro do arranjo macroeconômico mudou. Isso pode ser verificado, por exemplo, em entrevista de José Roberto Ermírio de Moraes em dezembro de 2012. Ao ser questionado sobre as medidas executadas pelo governo ao longo do ano, o empresário afirmou:

O que já foi feito? A desoneração da folha de salários, importante para as empresas de capital intensivo em mão de obra, o Reintegra, muito importante, a redução do custo de energia, assunto em que o governo atuou com muito pragmatismo. [...]. Aqui temos um momento bem particular: é a primeira vez que vejo um alinhamento muito forte de todos na busca da retomada da competitividade da indústria brasileira. Um diagnóstico desse, alinhado entre todas as partes – governo, sociedade e empresários – considero um grande avanço. O governo Dilma fez coisas muito importantes neste ano. A redução dos juros, taxa de câmbio, lei dos portos, há agora as medidas do ministro Mantega de equalizar o ICMS entre os Estados em 4% para evitar futuras guerras fiscais. [...]. A presidente Dilma tem se mostrado uma grande sábia, atuando em interesses do país em detrimento de interesses particulares. Tem se mostrado uma surpresa como gestora, atacando problemas que vinham se acumulando [...]. A direção é muito positiva e nos deixa bastante otimistas com o futuro do Brasil. Gostaríamos de ter mais. O empresário é eterno insatisfeito e questionador, pois vivemos em um ambiente competitivo diário. (RIBEIRO, 2012, on-line)

Pedro Passos, por sua vez, elogiou o sentido das políticas governamentais em duas oportunidades. Combinando questões referentes à industrialização e à internacionalização da economia brasileira, caras ao empresário, Passos afirmou que:

Esse é um governo muito próximo da indústria. Existe um diálogo aberto. Mas acho que o governo está com dificuldades de resolver as questões estruturais. O Brasil precisar entrar numa agenda de reformas de longo prazo. Não são imediatas, mas é preciso ter uma agenda nessa direção. Quando, no meio dessa crise, você vê os Estados Unidos tentando recuperar o bom emprego por meio da indústria, temos de estar atentos. A agenda de produtividade vem associada à “reindustrialização” do País. Não é que a indústria encolheu. A indústria cresceu, mas está voltada para o mercado interno e não se desenvolveu no mercado externo por falta de competitividade. (LANDIM, 2012, on-line)¹³

Se pontos da Nova Matriz Econômica eram implementadas e contavam com o apoio das lideranças do IEDI, identificou-se que o instituto adotou posição cautelosa a respeito de um aspecto sensível da NME. Isto é, duas medidas que a execução, embora favorecessem a indústria, iam de encontro aos interesses de outros setores da economia: a redução das tarifas de energia via reforma do setor elétrico; e a diminuição das taxas de juros via alteração da Selic e por meio de atuação pela redução dos *spreads* bancários cobrados no país.¹⁴

A respeito dessas disputas promovidas a favor da indústria contra outros segmentos (SINGER, 2016), foi possível verificar que o governo federal contou com o apoio dos dirigentes industriais do IEDI. Entretanto, seu apoio às medidas ocorreu de forma particular: ao mesmo tempo em que o instituto apoiava as medidas, ele reafirmava sua insatisfação a respeito da forma como elas vinham sendo executadas. Entende-se que tal insatisfação esteve diretamente relacionada à maneira pela qual foi travada a disputa pelo governo, feita direta e abertamente, noticiada pelos veículos de imprensa e comunicada pela própria presidente. A seguinte entrevista de Pedro Passos é elucidativa a esse respeito no momento em que o empresário afirma que:

reindustrialização; d) desonerações; e) plano para infraestrutura; f) reforma do setor elétrico; g) desvalorização do Real; h) controle de capitais; i) redução de juros. Como vimos, as cinco primeiras estavam contidas no seio do desenho do PBM. As outras, contudo, diziam respeito à política que escapava da alçada da política industrial *strictu sensu*. Ademais, o que ficaria conhecida como Nova Matriz Econômica, como notou o Prof. Dr. Glaucio Arbix em comunicação pessoal para a banca de qualificação do autor em julho de 2019, carece de documentos governamentais a seu respeito. Dessa forma, embora a NME possa ser analisada como um conjunto de políticas públicas integradas, haveria poucas evidências oficiais sobre a sua formulação como tal.

¹³ Em outra oportunidade, o empresário afirmou que: “O governo atual tem uma visão muito mais voltada à indústria. Obviamente, tem de aprofundar a agenda. Mas eu diria que a sociedade percebeu que ficar sem indústria e passar direto para serviços, ou seja, a desindustrialização, é oneroso para o País e para a sociedade como um todo. Então a agenda da indústria tem que estar na pauta de governo, com modelo de desenvolvimento” (O ESTADO DE S. PAULO, 2012, on-line).

¹⁴ A diminuição dos *spreads* foi motivo de significativa tensão entre o governo e o setor financeiro, no que Singer (2016) identificou como a “batalha dos *spreads*”.

O empresariado apoia a briga contra o tamanho do spread no Brasil. Não há dúvida de que pagamos muitos juros e parte disso é porque as margens (de lucro dos bancos) são altas. Não dá para não apoiar a tentativa de redução desse preço, que é fundamental para a economia. Mas a melhor forma de fazer isso é criar os incentivos necessários para que o mercado financeiro se mobilize nessa direção. Não pode haver briga do governo com um setor. O tom que hoje está circulando... Eu prefiro as agendas positivas. (O ESTADO DE S. PAULO, 2012, on-line, grifo nosso)¹⁵

Nos embates do governo contra outros setores da economia em defesa da indústria, os empresários do IEDI pediam cautela e condenavam a forma como eles estavam sendo feitos publicamente pela administração federal. Em relação à redução da tarifa da energia elétrica, em entrevista realizada em dezembro de 2012, Passos afirmou que: “A briga com o setor de energia era necessária e o próximo passo será a cunha tributária, que é enorme [...]. O peso do ICMS sobre energia, por exemplo, é um problema muito sério [...]. A direção está correta, mas *o risco é ferir a imagem do País e espantar investidores*” (ISTOÉ DINHEIRO, 2012, on-line, grifo nosso). No mesmo sentido, ao ser questionado pelo autor se as medidas contidas na Nova Matriz Econômica haviam sido bem desenhadas, Pedro Wongtschowski afirmou para o autor que:

Não, foram claramente inadequadas. Ao longo do tempo, elas demonstraram sua inviabilidade [...]. A tentativa canhestra de baixar os juros na marra evidentemente não funcionou, assim como não funcionou a redução do custo de energia elétrica na marra. Ao contrário, desorganizou todo o setor elétrico. (Pedro Wongtschowski em entrevista ao autor em 6 de abril de 2020)

Na mesma direção, Décio da Silva comentou que: “A iniciativa da energia elétrica foi desastrosa. Ela desestruturou muito o setor. Ela tinha a vantagem de ser estrutural, era para todo mundo, mas elas foram desastrosas, sem estudo. Nessas aplicações o problema não é o conceito, mas *como* foram aplicadas” (Décio da Silva em entrevista ao autor em 19 de maio de 2020, grifo nosso).

Em entrevista concedida ao autor, Dan Ioschpe foi no mesmo sentido das declarações anteriores, enfatizando o peso e os efeitos que a “intervenção” na economia causavam nos empresários:

E outro tema, que talvez tenha sido um dos dois assuntos essenciais da fase do ministro Mantega, [é] a questão [...] [da] *intervenção no domínio econômico. Este é um tema muito complicado*. Normalmente a autoridade não se dá conta de como a sociedade refletirá a respeito disso. A sociedade média, que é feita de pequenos empresários, de comerciantes, de açougueiros. A sociedade média não é feita de industriais de empresas de vinte mil funcionários, ela é feita de pessoas que tem lá o seu pequeno negócio no dia a dia, essa massa de pessoas [...]. *Quando você sugere que intervirá no domínio econômico, e você toma decisões que deveriam, na maior parte dos casos, estarem sendo tomadas pela competição, pela média do relacionamento das empresas, você passa uma sinalização muito complicada*. E aí teve a questão do setor elétrico, houve a questão dos juros, que tentativamente se faz uma redução do juros, entre aspas, na marra. Nisso a leitura do pequeno e do médio empresário é igual à do grande, ele diz: *nesse ambiente, vai sobrar pra mim*. Daqui a pouco, vão dizer que no meu açougue eu não posso cortar a carne da forma X ou Y, vendendo a preço H... Então eu não invisto. Eu passo a me entrincheirar e aguardar o melhor momento para o futuro. Isso acaba criando um ciclo perverso, de redução do crescimento, com a redução do crescimento, cai a arrecadação de impostos. (Dan Ioschpe em entrevista ao autor em 16 de outubro de 2020, grifo nosso)

Assim, embora fossem antigas demandas do setor industrial, a redução dos juros e dos preços de energia elétrica (cf. PASSOS, 2012), dada a forma como foram realizadas, incomodaram as lideranças industriais ligadas ao IEDI. É relevante notar a hesitação do instituto em relação principalmente à queda na taxa de juros, já que tratava-se de uma das mais antigas demandas do setor industrial no país. A depender das declarações aqui analisadas, entende-se que o desejo do não confronto, ou da estabilidade no ambiente de negócios, tenha sido decisivo para a resistência dos dirigentes do IEDI em apoiar efusivamente essas duas medidas adotadas pelo governo que o beneficiaria diretamente. Embora os dirigentes industriais do

¹⁵ Sobre os spreads, Ermírio de Moraes adotou tom diferente de Passos ao afirmar que: “Mas a presidente Dilma diz que se deve olhar para o spread, que tem várias causas. A presidente deixa claro isso, ela não está brigando contra o banco, mas contra o spread. A gente só vê os altíssimos lucros dos bancos, mas tem a inadimplência e é preciso resolver a questão do cadastro positivo. Ou seja, há uma série de coisas que devem ser feitas, não só os bancos, não só o governo, mas todo mundo” (RIBEIRO, 2012, on-line).

IEDI fossem beneficiados pelas medidas tomadas a respeito dos juros e custos da energia, à medida que estas implicavam, necessariamente, disputas no interior da classe dominante, eles preferiam a reticência ante a intervenção.

A cautela na disputa observada contra agentes com interesses antagônicos a respeito do custo da energia e do dinheiro, contudo, não se repetiu quando o conflito aconteceu em relação aos custos trabalho. Se se inaugurava um ambiente de tensão no setor industrial, comprovado pela falta de apoio a medidas tomadas pelo governo de embate contra outros segmentos econômicos, esta se intensificava, ao passo em que os dirigentes da indústria se percebiam mais e mais insatisfeitos a respeito do custo do trabalho no Brasil.¹⁶

2.2 Internacionalização da economia

As percepções sobre política econômica e industrial, por parte dos empresários, durante o governo Dilma também foram marcadas por uma defesa contundente da internacionalização da economia nacional. Nesse quesito, 2013 é um marco. Nas mais relevantes declarações de seus líderes para veículos de imprensa, fica claro que o instituto buscou se posicionar como um defensor de reformas de abertura da economia de maneira pela qual até então não havia feito.¹⁷

A defesa da abertura comercial e de uma estratégia de desenvolvimento baseada na internacionalização de empresas brasileiras deu a tônica das opiniões dos empresários ligados ao instituto também em 2014. Sem se opor frontalmente à última política industrial lançada pelo governo em 2011, o Plano Brasil Maior, as lideranças do IEDI apontavam para o que entendiam como sua insuficiência. Era necessário, na sua visão, “mudar a agenda” (DURÃO et al., 2013, on-line).¹⁸

Em 2014, a disputa travada pelo IEDI pela internacionalização da economia brasileira prossegue. Capitaneado por Pedro Passos, o *think tank* da Avenida Berrini passa a ser porta-voz de uma agenda de abertura da economia nacional. Em diversas declarações para a imprensa, Passos insistiu sobre a insuficiência da política industrial governamental à medida que ela falhava, na sua visão, em mirar problemas como internacionalização e produtividade. É importante notar que, na visão do então presidente do IEDI, ambos os termos deveriam ser pensados concomitantemente, uma vez que, no seu entender, seria ao abrir a economia que a indústria brasileira ganharia produtividade.¹⁹

Se é verdade que a queixa a respeito da lacuna sobre produtividade já havia sido anunciada pelo instituto em suas primeiras avaliações do Plano Brasil Maior em 2011, a questão da internacionalização passa a ser mais evidente ao longo dos anos seguintes. No já citado artigo *A indústria que queremos*, Passos afirmou que:

A atual diretriz da política industrial, baseada em incentivos fiscais e proteção de mercado, precisará transitar para um conceito menos defensivo e mais ativo de apoio à inovação e à produtividade. Faz-se imprescindível articulá-la com outra concepção de comércio exterior, embasada nas seguintes orientações: Potencializar a internacionalização das empresas brasileiras e aproximá-las das cadeias globais de produção; integrar a empresa estrangeira atuante no país com a política industrial, de modo a elevar a presença brasileira nas cadeias internacionais de valor [...]. A abertura comercial é absolutamente necessária, mas não pode ser abrupta. Seu objetivo é baratear o custo da produção, ampliar a concorrência e aumentar as exportações [...]. Só a concorrência

¹⁶ A este respeito, cf. (MICUSSI, 2021).

¹⁷ É importante destacar que a defesa do IEDI pela abertura comercial sempre ocorreu, desde os anos 1990 (VALENTE, 2002), de forma ponderada. Na Carta IEDI n. 568, publicada em abril de 2013, o instituto afirmava por exemplo que: “Dada a larga experiência por nós acumulada, outro ponto também deveria ser pacífico: as políticas que se baseiam simplesmente na abertura às importações não podem ser consideradas bem-sucedidas para a integração da economia brasileira. Tampouco serão exitosas as políticas baseadas na proteção pura e simples”.

¹⁸ Segundo Passos: “Precisamos de uma agenda que enfrente a falta de produtividade e os altos custos do País. Definitivamente, não podemos mais repetir o erro de tentar recuperar o crescimento com estímulo ao consumo” (DURÃO et al., 2013, on-line).

¹⁹ O dirigente deixou clara essa visão em diversos momentos durante sua entrevista para o autor, como em: “A produtividade vem da tecnologia, da educação, e vem de inserção internacional [...]. Eu lutei bastante, e venho lutando, pela agenda econômica de abertura – que eu acho que é um vetor de produtividade que o Brasil tem desprezado” (Pedro Passos em entrevista ao autor em 19 de fevereiro de 2020).

vai tirar as empresas da zona de conforto, transformando-as em corporações inovadoras e preparadas para outro salto no Brasil e lá fora. (PASSOS, 2014, on-line)²⁰

Durante o período que compreende os últimos anos do governo de Dilma Rousseff, o IEDI foi paulatinamente se colocando como o defensor de uma estratégia de desenvolvimento baseada mais fortemente na internacionalização da indústria brasileira. Isso afetou a forma como o IEDI enxergava as políticas industriais e econômicas executadas pelo governo federal. Em análise da trajetória da economia, o então presidente do IEDI, Pedro Passos, afirmou que:

Tivemos um bom período no qual o mercado interno cresceu. Mas o fato é que, no conjunto da obra, se analisarmos numa perspectiva mais longa, os nossos ganhos de produtividade não ocorreram, ficaram aquém do que seria o esperado. É por essa razão que o IEDI vem defendendo uma reorientação. Esse ciclo foi bom, aproveitado, seja pela estabilidade, pelo momento do consumo interno, mas agora é hora decididamente de voltar as baterias para o comércio internacional. (PEREIRA; GERBELLI, 2014, on-line)

Linha política semelhante foi identificada nos 16 meses que compreenderam o segundo mandato de Dilma Rousseff à frente da presidência da República.¹⁷⁰ Nesse período, a Agenda IEDI foi marcada pelo prosseguimento da defesa de medidas de abertura e internacionalização da economia, do ajuste fiscal promovido pelo governo e de críticas aos rumos das políticas econômicas e industrial executadas no país nos últimos anos.²¹ Em abril de 2015, em sua coluna semanal no jornal *Folha de S.Paulo*, Pedro Passos resumizou suas opiniões:

A insatisfação com o desempenho da economia, inclusive do governo [...] mobiliza as atenções, sobretudo para a correção dos desvios fiscais das contas públicas [...]. As alternativas não estão mais disponíveis, sobretudo depois que o ciclo de expansão movido pelo boom das commodities e pela expansão do laxismo fiscal e do crédito público se esgotou. O que se cria agora na economia é o que será a nova base de crescimento futuro. É nesse sentido que um plano de ajuste desacompanhado de algo mais que valorize as potencialidades da economia soa indefensável. O governo deveria reforçar essa tendência, reabrindo logo as concessões de infraestrutura, assim como chamar o empresariado, incluindo as empresas de capital estrangeiro aqui instaladas, para planejar em conjunto o relançamento das exportações. O ajuste de preços relativos (envolvendo tarifas públicas, o setor privado e o ajuste na taxa de câmbio) compõe com as concessões e a facilitação das exportações, sobretudo de bens manufaturados, esse quadro de possibilidades das novas oportunidades na economia. (PASSOS, 2015a, on-line)

Em entrevista publicada no mesmo mês, o presidente do IEDI afirmou que:

Nós, como todo o Brasil, pretendemos que algumas reformas estruturais sejam encaminhadas. Hoje nem dá para falar diretamente de redução de carga tributária, mas podemos ao menos defender a simplificação da estrutura tributária para uma mais homogênea. A gente também tem colocado a necessidade de políticas mais horizontais. Por exemplo: temos dito que no caso das cadeias produtivas, precisamos de desoneração na base. Porque hoje os recursos, os insumos das cadeias produtivas já estão saindo a um preço mais alto que o padrão internacional. O início das cadeias com preços competitivos já ajudaria a estruturar a produção e ganhar mais competitividade. A sinalização que queremos é a de que teremos esse tipo de direção e sairemos de políticas pontuais que não têm se mostrado efetivas para resolver problemas. Isso, atrelado a uma política de inserção, vai mobilizando os investimentos para a construção de uma indústria exportadora. É preciso desonerar a base das cadeias para construir essa competitividade. E quando a gente sinaliza essa inserção, vai mobilizando os investimentos das empresas no sentido de buscar essa competitividade internacional. (MONTEIRO, 2015, on-line)

Posição semelhante é encontrada no documento *Para vencer a crise* publicado pelo IEDI em 2015. Nele, o instituto afirma ser necessário:

²⁰ Declarações semelhantes a favor da internacionalização da economia podem ser vistas, por exemplo, em entrevista de Frederico Curado, então presidente da Embraer e vice-presidente do IEDI (WATANABE, 2014).

²¹ Roberto Simões, ao ser questionado sobre o sucesso das políticas industriais em inserir as empresas brasileiras no exterior, respondeu: “Com certeza [falharam]. A questão não é bem proteção, porque você pode de alguma certa forma proteger e dizer que protege em determinadas condições, mas você obriga esse setor que teve alguma proteção a, em algum tempo, buscar condições de ser mais competitivo. Não simplesmente proteger ele deixando-o confortável nessa situação, enquanto quem paga este conforto é a sociedade como um todo” (Roberto Simões em entrevista ao autor em 5 de junho de 2020).

Potencializar a internacionalização das empresas brasileiras e aproximá-las das cadeias globais de produção; Ampliar a integração da empresa internacional presente no Brasil, com o objetivo de reverter a baixíssima participação em cadeias globais; Através de acordos, aproximar o país dos principais blocos do mundo – EUA, Europa e Ásia – e buscar possível participação em mega- acordos, como a Parceria Transpacífica (TPP); É preciso repensar a estrutura tarifária brasileira visando a redução dos seus níveis efetivos e a correção de suas distorções estruturais; É desejável preservar o Mercosul como destacado mercado para exportação de manufaturados brasileiros, sem representar restrição à aproximação com outros centros internacionais. (IEDI, 2015, p. 10)

Conclusões preliminares

No que se refere às posições dos empresários do IEDI sobre as políticas executadas entre 2003 e 2016 foi percebido, por parte desses agentes, a existência de uma contradição entre as políticas industriais – celebradas, no geral, com otimismo pelos industriais, e as políticas macroeconômicas – geralmente denunciadas como mal desenhadas, notoriamente no que se refere à política monetária e cambial. Assim, é possível notar que as percepções dos empresários industriais analisadas por esta pesquisa corroboram com conclusões presentes na bibliografia a respeito do descasamento entre a política macroeconômica de curto prazo e a política industrial praticada no longo prazo.

Em relação ao período como um todo, é possível destacar que o otimismo do IEDI com o novo governo que se iniciava em 2003 foi logo substituído pelas decepções com a orientação da política econômica. Se os industriais reunidos nesse instituto enxergavam que Lula poderia praticar medidas que iriam em outra direção daquelas políticas executadas ao longo da década de 1990 – as quais, devemos ressaltar, o IEDI foi contra –, eles logo se decepcionaram com o arranjo macroeconômico executado pelo governo.

Dessa forma, embora o instituto tenha apoiado o lançamento tanto da PITCE, quanto da PDP e do PBM, nas três ocasiões, percebeu-se que o think tank da Avenida Berrini apontou para o que pode ser entendido como uma contradição. Isto é, a política macroeconômica foi vista pelo instituto como um empecilho ao sucesso das próprias políticas industriais. Em particular, a política cambial é sensível, por exemplo, nos diversos momentos em que líderes do instituto manifestaram sua preocupação com a presença de produtos manufaturados chineses na economia brasileira. O desembarque desses bens eram facilitados, segundo os industriais, pela baixa competitividade da indústria nacional que atuava em uma economia com alta valorização cambial.

Entretanto, a despeito da contradição entre política industrial e econômica acima destacada, entendemos que as avaliações sobre as três políticas industriais petistas gozaram de um crescendo de avaliações positivas entre os dirigentes do IEDI. Se a PITCE havia sido vista como demasiadamente tímida, o Plano de Desenvolvimento Produtivo, lançado em 2008 e após a nomeação de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda de Lula, recebeu melhores avaliações do IEDI. A eclosão logo em seguida da crise financeira internacional, contudo, fez com que o instituto enxergasse que a PDP tenha atuado, posteriormente, antes como uma atenuadora dos efeitos da crise no país do que como uma política capaz de reorientar o desenvolvimento industrial brasileiro.

O *crescendo* fica ainda mais evidente na última das três políticas. Isso porque o período posterior ao lançamento do Plano Brasil Maior foi o único momento em que a contradição entre política econômica e industrial foi mitigada pelo IEDI. A execução da assim chamada Nova Matriz Econômica fez os industriais apontarem que haveria, pela primeira vez nos governos petistas, uma maior adequação entre política industrial e política econômica no país.

Se a NME, ao passo em que propunha uma alteração em pontos da política macroeconômica, representou, em um primeiro momento, um alívio para os industriais no que se refere à execução da política macroeconômica, ela, à medida que também significava uma forte atuação do Estado na economia (como fica claro no caso reforma do setor elétrico), causou também um desconforto dos empresários em relação à sua intervenção na economia. O conjunto de medidas da Nova Matriz, portanto, não foi observado de forma inequivocamente positiva pelos empresários industriais. É também a partir do governo Dilma que o IEDI começa a se colocar como um defensor da abertura da economia brasileira. Principalmente entre 2013 e 2016, identificou-se que o instituto passou a enxergar que o desenvolvimento da indústria nacional deveria estar condicionado à abertura do mercado, avaliação até então inédita no instituto. Foi a partir desse ponto

de vista que, grosso modo, o think tank da Avenida Berrini criticou o escopo do PBM e, com isso, os últimos anos do governo Dilma. É, sem dúvidas, no seu governo que a relação dos empresários do IEDI com o governo federal petista se torna mais conflituosa.

Anexo

Quadro 2 - Síntese das avaliações, por tipo de política implementada

Período	Política Industrial	Política Macroeconômica
2003 - 2004	Otimismo com novo governo em 2003 e com lançamento da PITCE em 2004	Decepção com política macroeconômica, em geral, e cambial, em particular
2005 - 2006	Apoio à PITCE	Defesa de juros e câmbio mais competitivos, otimismo com entrada de Mantega
2007 - 2009	Apoio ao lançamento e execução da PDP, a partir de 2008	Preocupação com valorização cambial
2010 - 2011	Otimismo com o PBM, a partir de 2011	Preocupação com política monetária e cambial
2012	Apoio ao PBM	Apoio à Nova Matriz Econômica
2013 - 2014	Defesa da internacionalização da economia e da abertura comercial	
2015 - 2016	Crítica à política industrial e macroeconômica como um todo	

Bibliografia

AGÊNCIA ESTADO. Diretor do Iedi diz que juros tem que ser tema de campanha. **O Estado de S. Paulo**, 16 fev. 2006. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,diretor-do-iedi-diz-que-juros-tem-que-ser-tema-de-campanha,20060216p55581>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ALÉCIO, G. Investimento cresce 11,7% no trimestre. **DCI**, 1º set. 2004. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/economia/investimento-cresce-11-7-no-trimestre-1.36731>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

ARAÚJO, M. Setor privado espera “pacote” com ressalvas. **DCI**, 22 jan. 2007. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2007/iedi_na_imprensa_setor_privado_espera_pacote_com_ressalvas.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ATTUCH, L. Ivoncy Ioschpe: “Lula está na gaiola dos conservadores”. **IstoÉ Dinheiro**, 30 jun. 2004. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2004/iedi_na_imprensa_ivoncy_ioschpe_lula_esta_na_gaiola_dos_conservadores.html>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BARROS, G. Crise cambial está a caminho, diz empresário. **Folha de S.Paulo**, 4 mar. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u66668.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. Onda de otimismo traz riscos, afirma Staub. **Folha de S.Paulo**, 8 ago. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u87566.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. Governo não convence indústria sobre tarifas. **Folha de S.Paulo**, 11 mar. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1103200602.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. IEDI apresenta a Mantega propostas para o câmbio. **Folha de S.Paulo**, 24 set. 2007b. Disponível em:

<https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2007/iedi_na_imprensa_iedi_apresenta_a_mantega_propostas_para_o_cambio.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. Investir é arma anticrise, diz ex-secretário. **Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2007c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2108200710.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. IEDI reúne pesos pesados para discutir crise. **Folha de S.Paulo**, 3 out. 2008c. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2008/iedi_na_imprensa_iedi_reune_pesos_pesados_para_discutir_crise.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. Empresários criticam eficácia das medidas do governo. **Folha de S.Paulo**, 9 nov. 2008d. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2008/iedi_na_imprensa_empresarios_criticam_eficacia_das_medidas_do_governo.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimento. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n.47. Curitiba, 2013.

BOITO JR, A. **Reforma e crise política no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In: CARNEIRO, R; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CARNIER, T. “Efeito China” e Câmbio São os Vilões do Setor. **DCI**, 23 mar. 2007. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/textos/ini/iedi_na_imprensa_efeito_china_e_cambio_sao_os_viloes_do_setor.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FOLHA DE S.PAULO. Não voto na atual política, diz Josué. **Folha de S.Paulo**, 14 fev. 2006a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1402200601.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. Indústria vê timidez e cobra corte de imposto. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1306200703.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

DINIZ, E. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, 2010.

FOLHA ONLINE. Veja a repercussão do crescimento do PIB de 2006 em 2,9%. **FOLHA DE S.PAULO**, 28 fev. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114822.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GRINABUM, R; CANÇADO, P. Ivoncy Ioschpe – Crescimento Frágil. **Época**, 4 out. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI46779-15208,00-IVONCY+IOSCHPE+CRESCIMENTO+FRAGIL.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

IANONI, M. Coalizão e política macroeconômica nos dois governos de Lula: do tripé rígido ao flexibilizado. **Ponte de Vista: Perspectivas sobre o desenvolvimento**, 2016.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. IEDI: São Paulo, 2005. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Uma análise do Plano Brasil Maior**. IEDI: São Paulo, 2011.

_____. **Para vencer a crise**. IEDI: São Paulo, 2015.

_____. **Análise IEDI: lucro das empresas**, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20160624_lucro_empresas.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

KEYNES, J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAMUCCI, S. Valorização real do câmbio foi maior em 2005. **Valor Econômico**, 1 jun. 2007. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/textos/ini/iedi_na_imprensa_valorizacao_real_do_cambio_foi_maior_em_2005.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LANDIM, R. Governo precisa de agenda de reformas de longo prazo. **O Estado de S. Paulo**, 29 abr. 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-precisa-de-agenda-de-reformas-de-longo-prazo-imp-,866789>>. Acesso em: 13 maio 2021.

MATTEI, L.; SCARAMUZZI, T. A taxa de câmbio como instrumento de desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Política**, n. 26. 2016.

MELLO, P.; BARBOSA, M. Empresários elogiam nova linha a favor da indústria. **O Estado de S. Paulo**, 30 mar. 2006. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2006/iedi_na_imprensa_empresarios_elogiam_nova_linha_a_favor_da_industria.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MICUSSI, P. **Empresário industrial e governos do PT: o caso do IEDI (2003 – 2016)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

MODÉ, L. Governo anuncia pacote de crédito combinado com o setor privado. **O Estado de S. Paulo**, 2 nov. 2010. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/textos/ini/iedi_na_imprensa_governo_anuncia_pacote_de_credito_combinado_com_o_setor_privado.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NEUMAN, D. Industriais esperam revanche contra oito anos de monetarismo. **Valor Econômico**, 2 jan. 2003. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2003/industriais_esperam_revanche_contra_oito_anos_de_monetarismo.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

NOGUEIRA, L. Medidas cambiais são urgentes e não precisam esperar governo Dilma, diz IEDI. **Exame**, 17 nov. 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/medidas-cambiais-sao-urgentes-e-nao-precisam-esperar-governo-dilma-diz-iedi/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

OLIVEIRA, J. De Olho no Futuro. **Primeira Leitura**, maio de 2003. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2003/de_olho_no_futuro.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

RACY. Otimistas ou “irrealistas”? **O Estado de S. Paulo**, 9 out. 2008. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/otimistas-ou-irrealistas/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RIBEIRO, I. Resultado deve ser melhor que em 2012. **Valor Econômico**, 19 dez. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/19/resultado-deve-ser-melhor-que-em-2012.ghtml>>. Acesso em: 13 maio 2021.

ROSA, L. Câmbio leva empresas a reduzir nível de emprego. **Gazeta Mercantil**, 11 ago. 2008. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2008/iedi_na_imprensa_cambio_leva_empresas_a_reduzir_nivel_de_emprego.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In:_____; LOUREIRO, I. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

TAVARES, M. S.; SERRA, J. Além da estagnação. In:_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VALENTE, M. Empresários nacionais, desenvolvimento e política no Brasil: o IEDI e as reformas liberais nos anos 90. **Textos de Economia**, v.8, n. 1, 2002. p. 69-85.

TREVISAN, C. Pacote não garante crescimento maior. **Folha de S.Paulo**, 21 jan. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2101200704.htm>> . Acesso em: 16 jun. 2019.

VALOR ONLINE. Iedi culpa câmbio valorizado e China por taxa alta do desemprego ao longo de 2007. **Valor Econômico**, 21 jun. 2007. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2007/iedi_na_imprensa_iedi_culpa_cambio_valorizado_e_china_por_taxa_alta_do_desemprego_ao_longo_de_2007.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

VILLAYERDE, J. Câmbio gera redução no ritmo da indústria. **Valor Econômico**, 4 out. 2010a. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2010/iedi_na_imprensa_cambio_gera_reducao_no_ritmo_da_industria.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. Indústria vê "emergência cambial" no país. **Valor Econômico**, 9 set. 2010b. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2010/iedi_na_imprensa_industria_ve_emergencia_cambial_no_pais.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

